



(Handwritten signature)

**ATA DA REUNIÃO PÚBLICA ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA,
DE 21 DE SETEMBRO DE 2021**

N.º 117/2021 (Quadriénio 2017/2021)

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, pelas catorze horas e quarenta e oito minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu o órgão executivo do Quadriénio 2017-2021, com as seguintes

PRESENCAS: O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, que presidiu à reunião, e os Senhores Vereadores:-

- António Alberto Almeida de Matos Gomes (CDS/PP);-----
- Daniela Sofia Paiva da Silva (CDS/PP);-----
- José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho (CDS/PP); -----
- Ana Filipa da Silva Vieira (CDS/PP); -----
- José Pedro Vieira de Almeida (PPD/PSD);-----
- Nelson da Silva Martins (PS). -----

COM A SEGUINTE ORDEM DE TRABALHOS: -----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

- a) Aprovação da ata da reunião ordinária de 7 de setembro de 2021;-----
- b) Assuntos gerais de interesse autárquico.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

1. Certidão de compropriedade: Requerimento de Maria Alice Martins Fernandes;
2. Certidão de compropriedade: Requerimento de Manuel Correia Barbosa;-----
3. Contrato N.º 55/2019 “Centro de Artes e Espetáculos de Vale de Cambra” /
Reposição do Equilíbrio Financeiro do contrato; -----
4. Protocolo de funcionamento do Serviço de Brigadas de Aeródromo; -----

2021-09-21

5. Apreciação da proposta de delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana, das freguesias de Arões, Junqueira, Cepelos, Rôge, Codal e Vila Cova de Perrinho e Vila de S. Pedro de Castelões, Vila Chã e Macieira de Cambra;-----

6. Apoio ao Sport Clube de Cambra;-----

7. PROCESSOS DE OBRAS PARTICULARES: Listagem de despachos proferidos pelo vereador do pelouro com competências delegadas e subdelegadas, por despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal de 26/10/2017 e outros Processos;-----

8. Informações;-----

- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** (Em harmonia com o disposto no n.º 2, do artigo 49.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) -----

Aprovação da ata da reunião. -----

O SR. PRESIDENTE, JOSÉ ALBERTO FREITAS SOARES PINHEIRO E SILVA, DECLAROU ABERTA A REUNIÃO: -----

- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

Ausentou-se momentaneamente da reunião, o vereador António Alberto Gomes, por ter de presidir a um ato de voto antecipado. -----

a) ATA DA REUNIÃO PÚBLICA ORDINÁRIA DE 7 DE SETEMBRO DE 2021:

A Câmara Municipal deliberou aprovar a ata da reunião ordinária de 7 de setembro de 2021, por unanimidade dos seis membros presentes. -----

b) ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO: -----

Dando início ao ponto e, sendo esta a última reunião do mandato, o **Sr. Presidente** fez uma breve reflexão que se transcreve: “Foi um gosto trabalhar com todos os vereadores e, estando representadas três forças políticas, há sempre visões e opiniões diferentes sobre as matérias, mas globalmente, todos nós fizemos o melhor e demos o melhor de nós em prol de Vale de Cambra e dos Valecambrenses. O nosso mandato ficará associado a relevantes obras de



desenvolvimento do concelho de Vale de Cambra. Não fora a pandemia que nos limitou com uma série de restrições, este mandato poderia ter tido outra visibilidade e outra leitura, mas muito foi feito e em termos de combate à Pandemia, fomos um excelente exemplo na resposta às inúmeras solicitações.

Às senhoras e senhores vereadores expresse o meu agradecimento, expresse a minha simpatia para com todos vós e, independentemente daquilo que vierem a ser os resultados eleitorais do próximo dia 26, quero que fique claro que aqui ou noutra sítio qualquer, estarei sempre à vossa disposição. -----

Faço votos que o futuro para todos seja bom, seja risonho, com saúde, com paz, sempre imbuídos de um espírito comum que é servir Vale de Cambra e servir os valecambrenses.-----

Deixo ainda um reconhecimento e agradecimento a todos os colaboradores da Câmara Municipal, especialmente num período muito difícil que Vale de Cambra atravessou, que foi o período da pandemia, durante o qual muitos deles estiveram presentes e olharam pelo seu semelhante com toda a atenção e com todo o cuidado e também pelo trabalho desenvolvido ao longo destes quatro anos, pela colaboração dada e também pela disponibilidade manifestada nos momentos mais difíceis, o meu profundo e sincero agradecimento.”-----

De seguida deu a palavra aos vereadores:-----

A vereadora Daniela Silva deu conhecimento do que se passou na reunião do Conselho Municipal da Juventude, realizada em 17 de setembro de 2021, apresentando as propostas destinadas à área da juventude, aprovadas por este, para análise e integração no orçamento municipal de 2022, das quais destacou as do Agrupamento de Escuteiros 592 – S. Pedro de Castelões, sendo estas a “Campanha do Associativismo Jovem” e a “Capacitação das Associações”, bem como, as do Grupo Etnográfico “Terras de Cambra”, nomeadamente a criação de “Bolsas de Natalidade”, a promoção de “Encontro anual de jovens luso-

2021-09-21

descendentes”, a promoção do “Voluntariado ativo da juventude noutros ramos da sociedade”, a “Preservação e fomento do gosto pelas tradições do concelho”, em parceria com o Agrupamento de Escolas, a realização da iniciativa “Conversas improváveis – Descobre o teu futuro” e também um evento denominado “Youth Folk Days” e ainda a proposta de âmbito ambiental “Limpar o Vale Mágico”. Na reunião foram ainda feitas propostas pela Juventude Popular de Vale de Cambra, tais como a “organização de iniciativas interassociativas”, o “Festival de Música no Parque da Cidade (Rock in Park)”, a criação da “Incubadora de Empresas”, a dinamização de “Sunsets/ Concertos em palcos improváveis”, a “promoção de Habitação para jovens”, criação do Portal de Emprego”, a “Reabilitação da Praia Fluvial de Burgães”, o “Intercâmbio de estágios profissionais e intercâmbios associativos com as cidades geminadas com Vale de Cambra”, “Estudo da possibilidade da isenção da Taxa de derrama”, “ Combate à desertificação do interior do concelho”, “Dinâmicas desportivas”.-----

Deu nota que o teor do documento, que fica em apensos à ata, deveria ser transmitido ao próximo executivo para os devidos efeitos. -----

Informou ainda que já foi criado o logótipo, que se encontra apostado no presente documento e que se encontra em fase terminal, o inquérito que o Conselho Municipal da Juventude lançou aos jovens do concelho, para auscultar as suas necessidades, dificuldades, visões e ideias, o qual terá continuidade no próximo mandato. -----

De seguida, e atendendo ao final de mandato que se aproxima, proferiu a seguinte intervenção: -----

“Caros Cambrenses -----

Chega ao fim o ciclo de dois mandatos enquanto vereadora em regime de permanência nesta câmara municipal e, gostaria de manifestar nesta reunião pública, última do atual mandato, uma palavra de agradecimento a todo o



2021-09-21

ATA N.º 117 / 2021

FL. N.º 135

executivo que me acompanhou diariamente nesta jornada, a todos os elementos da Assembleia Municipal, a todos os funcionários da câmara municipal que contribuíram para um melhor desempenho do exercício das minhas funções e com quem aprendi muito ao longo destes 8 anos, e sobretudo uma palavra de agradecimento a todos os Cambrenses que confiaram em mim o seu voto por dois mandatos consecutivos. Foi uma honra e privilégio servir o meu concelho e de alguma forma dar algum contributo a Vale de Cambra. -----

A todos vocês o meu muito obrigado.-----

Foram oito anos bastante desafiantes, quer a nível profissional quer a nível pessoal, com dificuldades e obstáculos que foi necessário superar, mas também foi um período de grande aprendizagem e de sucessos alcançados com a criação de novas iniciativas culturais e desportivas, com a requalificação de espaços culturais e desportivos, com a criação do Conselho Municipal da Juventude e constante articulação com as associações locais no sentido de as apoiar e em conjunto promover e dinamizar o nosso território. A todas as associações culturais, desportivas e recreativas, e outras entidades com quem tive a oportunidade e privilégio de trabalhar, aqui deixo o meu reconhecimento e agradecimento pessoal pelo trabalho que desenvolvem em prol do concelho, da nossa cultura, desporto, turismo e sobretudo dos nossos jovens. Bem-haja pela vossa iniciativa. -----

Da minha parte, continuarei disponível para contribuir da melhor forma possível para o desenvolvimento do nosso concelho. -----

Aos que virão e terão a possibilidade de gerir os desígnios do nosso município, faço votos de muito sucesso e que acima de tudo procurem sempre servir os interesses do concelho e da população Cambrense, tornando este Vale Mágico cada vez mais atrativo e melhor para quem nos visita ou escolhe para residir.-----

Muito obrigada e felicidades para todos."-----

2021-09-21

A vereadora Ana Filipa Vieira disse que gostou de trabalhar com todo o executivo, que aprendeu muito nestes breves meses desde que foi mandatada como vereadora, e que, independentemente do resultado das eleições, iria trabalhar sempre em prol dos Valecambrenses e de Vale de Cambra. Desejou ainda boa sorte e saúde para todos, no futuro. -----

O vereador Nelson Martins referiu que em devido tempo foram atribuídos benefícios a entidades, para que os seus associados utilizassem as Piscinas Municipais, com benefícios associados ao pagamento da joia de inscrição/mensalidade, perguntando se, atualmente, essa utilização estava a ser feita durante o período de maior afluência de pessoas, dado que lhe foi comunicada a constante indisponibilidade de entrada por falta de vagas em horário de início e fim do dia, horário mais solicitado por quem trabalha. Sugeriu que, as pessoas a que se refere, sendo, em princípio reformados, devem frequentar as piscinas nas horas em que haja menos afluência de pessoas e por consequência com maior número de vagas.-----

Dada a palavra à vereadora Daniela Silva, esta esclareceu que para o corrente ano não foram aprovados quaisquer descontos a entidades, exceto os previstos no Regulamento e Tabela de Taxas, destinados a grupos. Disse ainda que de acordo com as normas da DGS e enquanto estas se mantiverem em vigor, o número de vagas vai ser sempre reduzido devido à pandemia Covid, não tendo sido também por isso, realizadas campanhas de angariação de utentes, as quais só se fazem para preencher vagas que não sejam as consideradas, em horário nobre.-----

Estando esclarecido, **o vereador Nelson Martins voltou a intervir, dizendo** que pretende somente alertar para a existência de obstáculos em zonas pedonais ou por onde eventualmente passam pessoas, dando a exemplo a zona da frente de alguns prédios na Av. Vale do Caima, que têm zonas de estacionamento nos seus



logradouros demarcadas a relevo, com lancis, que não estão devidamente perceptíveis, sugerindo que todos esses locais fossem pintados, por quem de direito, para que, ficando com mais visibilidade, não provoquem quedas aos peões que por ali passam.-----

Disse ainda que pretende deixar um agradecimento aos vereadores Carlos Tavares e Joana Almeida que, na sua ausência, o substituíram nas reuniões da Câmara Municipal; agradecimento, pela sua lealdade pessoal e institucional sobretudo, pelos superiores interesses do município, pela sua disponibilidade e toda a colaboração. Pretende ainda deixar, aos três elementos do PS eleitos para a Assembleia Municipal, o seu agradecimento pela dedicação ao município e pela coerência nas posições que defendeu em reunião da Câmara Municipal, nomeadamente, Afonso Almeida, Albino Almeida e Ana Silva.-----

Também, na pessoa da colaboradora Adélia Cruz, secretária da reunião, agradeceu a todas e todos os colaboradores dos Serviços da Câmara Municipal, no seu todo, pela sua disponibilidade, pela sua amabilidade e pela prontidão com que trataram de assuntos por este solicitados e, essencialmente, em momentos em que havia alguma urgência da sua parte. -----

Agradeceu ainda as palavras do Sr. Presidente e dos restantes membros do executivo que já se pronunciaram, afirmando que, não enquanto vereador não residente, mas como cidadão, se tiver saúde, continuará ativo em termos de cidadania no município de Vale de Cambra. A cada um dos presentes, desejou sucessos pessoais e profissionais e àqueles que se sujeitam às próximas eleições, que continuem na senda da defesa dos superiores interesses do município.-----

O vereador Pedro Almeida, antes de fazer a sua intervenção de despedida, disse pretender deixar duas questões, sendo a primeira a relativa à passadeira existente junto da Escola Secundária, que faz ligação com uma zona de cargas e

2021-09-21

descargas, situação que alertou numa anterior reunião e ainda não foi solucionada; e a outra nota relaciona-se com o sentido de circulação de viaturas na Rua Vasco da Gama. Dado que atualmente os Bombeiros Voluntários já não se encontram em funções nessa rua, motivo que originou que o sentido de circulação fosse em direção à Rotunda de St.º António, sugeriu a alteração do sentido de circulação, dado que, quem pretende entrar na Rua Vasco da Gama tem de virar à esquerda no corte existente na curva “do Maximino”, o que representa um perigo, tendo-se verificando inclusive acidentes, dada a dificuldade existente em virar naquele local além do congestionamento de trânsito que provoca na Rua Guerra Junqueiro. -----

De seguida passou a ler a seguinte intervenção: -----

“Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Senhoras e senhores Vereadores,-----

Caras e caros Valecambrenses aqui presentes,-----

Cesso hoje, nesta última reunião de Câmara do mandato 2017-2021, as minhas funções enquanto vereador eleito que encabeçou as listas do PSD nas eleições de 1 de outubro de 2017.-----

Quero aqui expressar a minha gratidão a todas as pessoas que integraram as listas à Câmara Municipal, à Assembleia Municipal e às Assembleias de Freguesia do Concelho de Vale de Cambra.-----

Foi uma honra e um orgulho imenso para mim, liderar um projeto corporizado por dezenas e dezenas de pessoas válidas, pessoas competentes, social e civicamente responsáveis e solidárias que se pautaram pela sua lealdade pessoal e política, integrando um projeto político de desenvolvimento para Vale de Cambra que, a meu ver, nunca esta terra teve.-----

A todas essas pessoas quero expressar a minha profunda gratidão pela dedicação e confiança que depositaram na minha liderança, pese embora não



tenhamos sido objeto da escolha eleitoral da maioria dos Valecambrenses, facto que aceito e respeito com toda a humildade democrática.-----

Deixo também uma palavra de agradecimento a todos aqueles, que não tendo integrado as nossas listas, colaboraram ativamente no nosso projeto e deram também o seu generoso contributo para que o projeto político social democrata tivesse alcançado o grau de qualidade e detalhe com que nos apresentamos nas últimas eleições. -----

Quero igualmente enviar uma saudação muito especial de agradecimento a todos os Valecambrenses que acreditaram no nosso projeto e votaram nas nossas listas, apesar do contravapor interno que tantas vezes tivemos de enfrentar, para que essa mão escondida não conseguisse concretizar, por mais absurdo que pudesse parecer, o seu objetivo de enfraquecer a nossa base eleitoral.-----

Tenho plena consciência que o programa eleitoral que apresentamos continha um conjunto de propostas, medidas e projetos que depois submetemos como propostas efetivas com ideias e soluções, à discussão e votação da Câmara Municipal, muito embora sem sucesso, posto que a maioria CDS sempre rejeitou a nossa cooperação institucional e política, tantas vezes, incorrendo em riscos de irregularidades formais e legais, para as quais fui alertando e advertindo, numa perspetiva democraticamente construtiva. -----

Endereço uma palavra ao Vereador do PS, Nelson Martins, com quem desenvolvi uma franca cooperação política, baseada numa partilha colaborativa com vista à defesa e promoção dos interesses e anseios dos Valecambrenses. -----

Sublinho que esta cooperação política se intensificou com a chegada da pandemia, com a nossa posição conjunta de nos colocarmos inteira e incondicionalmente à disposição do Presidente da Câmara Municipal, para apoiar todas as medidas com vista ao combate à COVID-19 e à mitigação dos seus efeitos sanitários, sociais e económicos. -----

2021-09-21

Admitindo que nem sempre fui bem compreendido ou interpretado, não posso deixar de lamentar que as minhas intervenções nas reuniões de Câmara, alertando para problemas de legalidade e de irregularidade em inúmeros assuntos e dossiers, tenham sido completamente ignoradas e desvalorizado o meu propósito de prevenir dificuldades, inconvenientes e eventuais dissabores, que em última análise, acabarão por prejudicar o Município e a comunidade de Vale de Cambra.-----

Entendo, nesta hora em que cesso a minha missão, que devo dar uma satisfação aos Valecambrenses, explicando que decidi não me candidatar a nenhum cargo público, apesar de me terem sido endereçados diversos convites, oriundos de quadrantes políticos diferentes. Entendo que posso servir a comunidade através de outras formas de exercer a minha cidadania e colocando ao serviço de causas igualmente nobres, os meus conhecimentos, as minhas capacidades pessoais e profissionais e a minha solidariedade para com os meus conterrâneos. -----

Desejo que nestas eleições, os Valecambrenses tenham à disposição programas eleitorais e líderes que lhes permitam fazer escolhas lúcidas e esclarecidas, baseadas em informação simples, clara e verdadeira que demonstre a competência dos candidatos e a validade dos seus projetos, ideias e visão política estratégica para o futuro de Vale de Cambra.-----

O futuro a Deus pertence, por isso, não me é dado decidir inteiramente sobre o meu futuro. Mas no que estiver ao meu alcance decidir, posso dizer que estarei sempre disponível para dar o meu melhor por Vale de Cambra, pondo ao seu serviço o meu saber e a minha vontade de contribuir para o desenvolvimento humano, social e económico de Vale de Cambra.-----

Quem me conhece sabe que continuarei igual a mim próprio, atento, exigente e crítico, porque acredito que só desse modo podemos ter a ambição de atingir níveis de excelência na competência técnica e política. Exigência que imponho,



antes de mais, a mim próprio. -----

Oxalá, as pessoas que vierem a ser eleitas para o próximo mandato 2021-2025, tenham a capacidade de entender que uma sociedade plural e democrática, marcada pela diversidade e pela conjugação de esforços, torna-se mais resiliente e robusta para enfrentar os desafios coletivos que o futuro lhe reserva.”-----

O vereador acrescentou que, durante estes quatro anos mesmo com as divergências políticas que tiveram, as quais só foram isso mesmo, divergências políticas, quer deixar uma palavra de agradecimento ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, às senhoras e aos senhores vereadores, aos quais desejou as maiores felicidades pessoais, profissionais e políticas. -----

Regressou à reunião o vereador António Alberto Gomes. -----

O vereador José Alexandre Pinho, respondendo ao vereador Pedro Almeida, referiu que já pediu ao fiscal da obra de pavimentação da Rua da Escola Secundária, para contactar o empreiteiro que executou a marcação da estrada, para corrigir a situação, pois não faz qualquer sentido a passadeira ter o seu término numa área de cargas e descargas. Sobre a alteração do sentido de orientação do trânsito na Rua Vasco da Gama, informou que os acidentes ocorridos na “curva do Maximino”, têm sido alguns, apesar de nem todos estarem diretamente relacionados com a viragem à esquerda. Na sua opinião deve ser feito um estudo, considerando que o sentido do trânsito deve promover o escoamento do trânsito do centro para a periferia e não o inverso, o que ocorre atualmente, contrariando as regras de planeamento e ordenamento do trânsito. No entanto alerta que no início do referido arruamento, junto ao antigo quartel dos Bombeiros, foi construído um edifício em data posterior à alteração do sentido de trânsito, o que poderá dificultar a implementação deste estudo. -----

Sendo esta a última reunião de câmara deste mandato, referiu não poder deixar de agradecer a todo o executivo, pelo trabalho conjunto nos últimos quatro anos

2021-09-21

e, tal como foi já referido, sem rancores por qualquer discussão que, do seu ponto de vista, foi sempre política, tendo sempre separado a discussão política do que eram as relações pessoais.-----

Agradeceu ainda o apoio de todos os colaboradores da Câmara Municipal, pelo seu pronto desempenho e disponibilidade nas diversas situações em que foi necessária uma atuação rápida, bem como todo o apoio prestado no desenvolvimento de projetos e procedimentos necessários à prossecução de objetivos e competências que lhe foram delegadas, enquanto vereador. -----

Em jeito de balanço, referiu-se aos pelouros que lhe foram atribuídos, os quais tutelou com gosto, focando, no do ambiente, a aposta feita no Centro de Educação Ambiental, com um recorde de atividades e visitantes, cujas ações foram interrompidas devido à pandemia, mas cujos números, mesmo assim, rondam mais de 500 atividades realizadas com mais de 8500 participantes; Na área da higiene urbana e resíduos sólidos, somente sente uma grande mágoa por não ter concretizado o Ecocentro que ia nascer onde é a Estação de Transferência da ERSUC e que, devido a questões burocráticas, não se efetivou. Contudo, salienta a instalação de mais de 60% dos ecopontos existentes em 2017 e a instalação de oleões por todo o concelho; No que ao abastecimento de água e saneamento básico diz respeito, disse que teve a sorte de entrar na Câmara Municipal numa altura em que esta obteve um financiamento do POSEUR, tendo sido executado nessa empreitada um investimento de cerca de três milhões a que se juntaram outros investimentos neste mandato, os quais totalizaram cerca de quatro milhões investidos neste setor, acrescido de um investimento já contratualizado de cerca de 700 mil euros no alargamento das redes de água e saneamento. Na gestão dos espaços públicos, salientou os parques infantis que foram construídos nas freguesias onde ainda não existiam, conforme identificação no REOT. Sobre os espaços verdes, sente-se orgulhoso



das centenas de árvores que foram plantadas, quer na floresta e terrenos baldios como nos terrenos propriedade da Câmara Municipal; Quanto à sinalização e trânsito, o desafio foi “recuperar” o Parque de Estacionamento Subterrâneo que estava caído no esquecimento aquando da gestão privada do mesmo, o qual, a partir do momento em que transitou para a gestão da Câmara Municipal, lhe foi dado um novo impulso, equilibrando-se as contas e aumentando significativamente a sua utilização; Finalmente, falou do Gabinete Alimentar e Veterinária, que, por gostar de animais, os projetos lhe deram algum gosto pessoal, entre os quais, as campanhas de esterilização de animais de companhia de famílias carenciadas, a implementação do programa CED (Captura, Devolução e Esterilização) e também o apoio médico veterinário que é dado aos animais errantes acidentados, cuja incidência tem, infelizmente, vindo a aumentar, fruto dos muitos abandonos e da sobrelotação do canil. -----

Concluindo a intervenção, referiu que alguns projetos ainda estão por concluir, daí ter aceite o convite para integrar as listas do CDS-PP nestas eleições, agradecendo aos valecambrenses a confiança depositada há quatro anos, esperando não ter defraudado as suas expectativas, para que esse voto de confiança seja renovado. -----

O vereador António Alberto Gomes agradeceu aos Valecambrenses pela confiança em si depositada nestes quatro anos; agradeceu a colaboração de todos os Vereadores e do Sr. Presidente; deixou uma saudação aos Vereadores da oposição, que apesar de algumas vezes existirem divergências de ideias e manifestação de diferentes vontades, sempre existiu respeito e consideração demonstrando-se assim os mais altos valores da democracia. Agradeceu ainda aos colaboradores da Câmara Municipal, todo o esforço e dedicação que sempre demonstraram quando lhes foi solicitado, e por fim deseja a todos votos de sucessos pessoais, profissionais e acima de tudo saúde.-----

2021-09-21

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente deu por findo o Período de antes da ordem do dia. -----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

Ausentou-se da reunião, o vereador Pedro Almeida, por ter informado, enquanto técnico da Câmara Municipal, o presente processo.-----

1. CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE: REQUERIMENTO DE MARIA ALICE

MARTINS FERNANDES: Emissão de parecer nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 54.º da Lei n.º 64/03, de 23 de Agosto, para a constituição de compropriedade do prédio inscrito na matriz predial rústica da freguesia de S. Pedro de Castelões:-----

Artigo 7070, sito em Lombela, com a área 3402m2, onde, de acordo com o PDM de Vale de Cambra, o solo está qualificado como solo urbano – área a urbanizar do Tipo III Área de Produção Florestal, RAN e espaço Canal, conforme informação prestada pelo técnico Pedro Almeida, em 02/09/2021;-----

Sobre o pedido recaiu a informação de 06/09/2021, prestada pela assistente técnica do AJUR/GJ, Anabela Maurício, vista pela jurista Isabel Mariano, dirigida ao Sr. Presidente, pela qual, é considerado não haver inconveniente na emissão de parecer favorável à emissão de parecer para a constituição de compropriedade do prédio rústico, tendo em conta que da mesma não vai resultar parcelamento físico, nem esta viola o disposto no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.-----

Processo Medidata n.º 14434/21.-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seis membros presentes, emitir parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio - Artigo 7070, sito em Lombela, com a área 3402m2, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de S. Pedro de Castelões, a pedido de Maria Alice Martins Fernandes, nos exatos termos da informação do Gabinete Jurídico. -----



[Handwritten signature]

Regressou à reunião, o vereador Pedro Almeida. -----

2. CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE: REQUERIMENTO DE MANUEL

CORREIA BARBOSA: Emissão de parecer nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 54.º da Lei n.º 64/03, de 23 de Agosto, para a constituição de compropriedade do prédio inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Macieira de Cambra.-----

Artigo 5163 sito em Pinhal, com a área de 1840m2, o qual, de acordo com o PDM de Vale de Cambra, se insere em Área de Ocupação Florestal, conforme informação prestada pelo técnico Armando Ribeiro, em 16/09/2021. -----

Sobre o pedido recaiu a informação jurídica de 16/09/2021, prestada pela técnica superior jurista, Isabel Mariano, dirigida ao Sr. Presidente, pela qual, é considerado não haver inconveniente na emissão de parecer favorável à emissão de parecer para a constituição de compropriedade do prédio rústico, tendo em conta que da mesma não vai resultar parcelamento físico, nem esta viola o disposto no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.----

Processo Medidata n.º 15345/21.-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio – Artigo 5163, sito em Pinhal, com a área 1840m2, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Macieira de Cambra, a pedido de Manuel Correia Barbosa, nos exatos termos da informação do Gabinete Jurídico.-----

3. CONTRATO N.º 55/2019 “CENTRO DE ARTES E ESPETÁCULOS DE VALE DE CAMBRA” / REPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO CONTRATO:

Transcreve-se a informação jurídica de 08/09/2021, da técnica superior jurista, Isabel Mariano, dirigida ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: “A SOCÉRTIMA – Sociedade de Construções do Cértima, Lda., adjudicatária da obra acima referenciada, vem deduzir oposição à intenção de indeferimento do equilíbrio

2021-09-21

financeiro do contrato, comunicada a 30-06-2021, o que faz com fundamento no disposto nos artigos 282.º, 314.º e 354.º do CCP. -----

Manifesta o entendimento de que ocorreu demora, que não lhe é imputável, na definição da referência da pastilha cerâmica, o que levou a que fossem concluídos os trabalhos de reparação, regularização e uniformização das paredes que constituem as fachadas, sem que fosse possível prosseguir com as obras de revestimento final, em pastilha cerâmica.-----

Por outro lado, considera que a demora na execução dos trabalhos em obra implica que seja necessário montar e desmontar andaimes, duas vezes em cada fachada, bem como aumentar a quantidade de andaimes disponíveis em obra para permitir, em simultâneo, a execução dos trabalhos na zona do auditório. ----

Situação não prevista na formulação dos preços que apresentou em concurso, e que entende ficar a dever-se única e exclusivamente à demora na definição das referências da pastilha cerâmica, facto a que se sente alheia.-----

Destes factos que considera não lhe serem imputáveis, diz resultar uma maior dificuldade na execução da obra, com o agravamento dos encargos para si, o que justifica o requerimento da reposição do equilíbrio financeiro do contrato no valor global de € 6.250,00. -----

Sobre esta matéria se pronunciou oportunamente a FISAQUA, Gestão e Fiscalização de Obras, Lda, na sua qualidade de fiscal da obra, emitindo informação técnica da qual se retiram as seguintes conclusões:-----

“(…) A partir do momento em que foram definidas as novas referencias do material cerâmico, dono da obra, projetistas ou fiscalização, não têm qualquer responsabilidade sobre a encomenda, pois foi fixado um prazo de entrega mais do que razoável de 12 semanas e que até poderia ser encurtado.-----

Até este momento, o empreiteiro ainda não tinha dado qualquer informação sobre as datas em que pretendia proceder à montagem de andaimes e dar início à



execução do revestimento exterior, informando agora na sua contestação que seria durante este mês de julho. (...) entendemos que será de reiterar a não aceitação do pedido feito inicialmente pela Socértima.”. -----

Foi ainda consultada a “Medina, Sociedade de Advogados, SP, RL”, tendo o Dr. Celso Magno informado o seguinte: “Tendo em conta a informação técnica elaborada pela fiscalização da obra, quanto à falta de fundamento da pretensão do empreiteiro, deverá manter-se a intenção de indeferimento do pedido de reequilíbrio económico e financeiro do contrato, nos termos alegados.”.-----

Assim, nos termos e com os fundamentos das informações técnicas supra referenciadas e que se encontram em anexo à presente informação e ao abrigo do disposto nos artigos 282.º, 314.º e 354.º do CCP, na sua redação atual, entende-se que a Câmara Municipal deverá manter a intenção de indeferimento do pedido de reequilíbrio económico e financeiro do contrato.-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, com os fundamentos da informação técnica e outras nesta referenciadas, que se encontram anexas ao processo e, ao abrigo do disposto nos artigos 282.º, 314.º e 354.º do CCP, na sua redação atual, manter a intenção de indeferimento do pedido de reequilíbrio económico e financeiro do contrato celebrado com a Socértima – Sociedade de Construções do Cértima, Ld.ª, relativo à construção do “Centro de Artes e Espetáculos de Vale de Cambra. -----

Ausentou-se momentaneamente da reunião, o vereador António Alberto Gomes, por ter de presidir a um ato de voto antecipado. -----

4. PROTOCOLO DE FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DE BRIGADAS DE

AERÓDROMO: Transcreve-se a informação de 1 de setembro de 2021, subscrita pela técnica superior, Vera Silva, dirigida ao Sr. Presidente: “Como é do conhecimento de V. Ex. está em curso o processo de regularização da utilização dos Centros de Meios Aéreos para as missões de combate a incêndios, o qual

2021-09-21

decorre do Ofício Circular DINA/IEA – 2020/0860 de 29 de junho, e da obrigatoriedade de implementação de um serviço de meios de socorro nessas infraestruturas aeronáuticas, em conformidade com o Regulamento n.º 401/2017 de 28 de julho. -----

Na sequência do referido ofício circular e sendo o Município de Vale de Cambra detentor de uma infraestrutura destinada exclusivamente a operações de combate a incêndios ou outros fins de proteção civil, denominada Heliporto de Vale de Cambra (Algeriz), foi iniciado no dia 29/07/2020 o processo de obtenção de autorização de utilização da infraestrutura em causa para operações de meios aéreos adstritos ao Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR), ao abrigo do artigo 37.º – A do Decreto-Lei n.º 186/2007, de 10 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 55/2010, de 31 de maio.-----

Entre vários requisitos e procedimentos que têm que ser verificados pela ANAC no processo de regularização para a autorização destas infraestruturas aeronáuticas para as missões de proteção civil, nomeadamente para combate aos incêndios rurais, encontra-se também a implementação de um serviço de meios de socorro, em conformidade com o Regulamento n.º 401/2017 de 28 de julho.-----

Em abril de 2021 foi deliberado pela Câmara Municipal a atribuição de um subsídio de 1250€ à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra para pagar os custos associados à ação de formação que necessária para o funcionamento do SBA. A referida formação decorreu no dia 15 de maio.--

A 12 de julho de 2021 foi emitida pela ANAC emissão de autorização especial ao abrigo do art.º 37.º A do Decreto-Lei n.55/2010 para o DECIR 2021 para o Heliporto Municipal de Algeriz (Vale de Cambra), sendo que o mesmo se encontra operacional desde o dia 1 de junho.-----



Assim remeto a V. Ex.^a modelo de protocolo relativo à implementação e funcionamento de um SBA no Heliporto de Algeriz durante o DECIR 2021.”-----

Informação da DAF: Valor previsto no MDF de setembro a fevereiro, aprovado a 06.09.2021. Proposta de cabimento n.º 1689/21. -----

Fica apenso à ata a minuta do protocolo. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seis membros presentes, aprovar o protocolo relativo à implementação e funcionamento de um SBA no Heliporto de Algeriz durante o DECIR 2021, bem como as despesas inerentes no valor de 20.000€ (vinte mil euros), nos termos da informação técnica do GTF e DAF. -----

5. APRECIÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA, DAS FREGUESIAS DE ARÕES, JUNQUEIRA, CEPELOS, RÔGE, CODAL E VILA COVA DE PERRINHO E VILA DE S. PEDRO DE CASTELÕES, VILA CHÃ E MACIEIRA DE CAMBRA: Transcrição da informação de 16/09/2021, subscrita pelos técnicos superiores da DPAGU, Armando Ribeiro e Catarina Freitas, dirigidas ao Sr. Presidente: “A reabilitação urbana tem vindo a assumir um papel cada vez mais relevante no correspondente à imprescindível revitalização dos núcleos urbanos em diversos níveis: social, económica, ambiental e cultural.”-----

Este entendimento está vertido no Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, que aprovou o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, regulou a figura de Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e estruturou as intervenções de reabilitação com base em dois conceitos fundamentais: o conceito de “Área de Reabilitação Urbana” (ARU) e o conceito de “Operação de Reabilitação Urbana” (ORU).-----

A ARU designa-se como a área territorialmente delimitada pelo município, que tem como efeito determinar a parcela territorial que justifica uma intervenção que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das

2021-09-21

infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma ORU, que representa a estruturação concreta das intervenções a efetuar no interior da respetiva ARU.-----

Neste seguimento, a Câmara Municipal de Vale de Cambra, aprovou em 2018 a ARU da Cidade de Vale de Cambra e a ARU da Vila de Macieira de Cambra, de modo a promover melhores condições urbanas e ambientais, que originem um território com uma identidade reforçada, mais coeso e apto a atrair moradores.---

De modo a dar continuidade a esta intervenção, com vantagens ao nível fiscal para os munícipes, deve a Câmara Municipal deliberar no sentido de definir novas Áreas de Reabilitação Urbana, que, de acordo com a proposta de plano de ação do PDM, em revisão, devem ser as seguintes:-----

- ARU de Arões;-----
- ARU de Cepelos;-----
- ARU de Junqueira;-----
- ARU de Rôge;-----
- ARU da Vila de São Pedro de Castelões;-----
- ARU de Codal;-----
- ARU de Vila Cova de Perrinho.-----

No sentido de concretizar a sua delimitação deverão ser referidos critérios, nomeadamente, o contínuo urbano, identificação de áreas a reabilitar e a população servida.-----

A C.M., caso seja esse o seu entendimento, poderá definir outras ARU complementares às atrás referidas, aumentando o nível de abrangência do município, devendo considerar Vila Chã e a expansão de Macieira de Cambra.”--



O Sr. Presidente referiu que ao longo do mandato, tem sido abordado o tema relativo às Áreas de Reabilitação Urbana em diversas reuniões, e também nas reuniões realizadas sobre a revisão do PDM e, em sua opinião, os três partidos representados no atual executivo, manifestaram-se sensíveis e preocupados com o assunto, dada a importância de que estas se revestem para o desenvolvimento e também requalificação do tecido urbano do município. Os números existentes, em resultado dos Censos 2021 e dos inquéritos realizados no âmbito da revisão do PDM, permitiram a constatação de que existem cerca de novecentas casas devolutas e ainda casas que, habitadas, apresentam “sintomas” de envelhecimento e degradação. Acha, por isso, que tudo o que a Câmara Municipal possa fazer para a reabilitação desse património, deve ser feito. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Câmara Municipal fez a seguinte proposta:-

“As nossas cidades vão assistindo à degradação progressiva das suas estruturas urbanas, dos seus edifícios, dos seus espaços exteriores. -----

Uma degradação decorrente do envelhecimento próprio, da sobrecarga de usos, ou ainda do desajustamento dos desenhos da sua organização a novos modos de vida.-----

Por isso, a reabilitação urbana assume-se hoje como uma componente indispensável da política das cidades e da política de habitação, na medida em que nela convergem os objetivos de requalificação e revitalização dos núcleos urbanos, em particular os mais degradados e da qualificação do parque habitacional, procurando-se um funcionamento sustentável das cidades e garantia para todos de uma habitação condigna.-----

Foi neste contexto, e no âmbito da estratégia de reabilitação urbana do município de Vale de Cambra, que foram já aprovadas, numa 1ª fase, duas ARU's, uma na área central da cidade de Vale de Cambra e outra na área central da vila de Macieira de Cambra. -----

2021-09-21

Pretende-se agora reforçar este posicionamento, criando novas áreas de reabilitação urbana de forma a privilegiar os núcleos urbanos periféricos ao centro da cidade de Vale de Cambra e da Vila de Macieira de Cambra, não esquecendo todas as freguesias, em particular as do interior do concelho. Com esta política de expansão de ARU's em todo o concelho cria-se uma oportunidade de combate à desertificação e à inversão da tendência de envelhecimento demográfico e patrimonial que caracteriza estas áreas urbanas.-----

Pelo atrás exposto, apresento ao executivo municipal, uma proposta de criação de 10 novas áreas de reabilitação urbana, constantes nas plantas e demais documentos facultados aos senhores vereadores, que em caso de concordância serão posteriormente submetidas a aprovação da Assembleia Municipal. -----

Passo a enumerar: -----

1. ARU de Vila Chã e Codal;-----
2. ARU de Vila Cova de Perrinho;-----
3. ARU da periferia de Macieira de Cambra;-----
4. ARU de Rôge;-----
5. ARU de Cepelos;-----
6. ARU de Junqueira;-----
7. ARU de Arões;-----
8. ARU S. Pedro de Castelões;-----
9. ARU núcleo urbano envolvente à Sr.^a da Saúde;-----
10. ARU Lomba – Agualva.-----

A criação destas novas áreas tem como objetivos principais: -----

- Consolidar / sedimentar o papel da zona patrimonial e cultural por excelência; -----
- Fomentar a reabilitação dos edifícios;-----
- Criar condições para a dinamização económica e social;-----



- Repovoar a área;-----
- Preservar a morfologia urbana e qualidade ambiental;-----
- Melhorar a qualidade funcional e patrimonial dos espaços públicos;
- Garantir as acessibilidades;-----
- Garantir a melhoria das condições de eficiência energética dos imóveis.

Com a delimitação das áreas de reabilitação urbana atrás referidas, atribui-se um conjunto significativo de efeitos, destacando-se desde logo a emergência de uma obrigação de definição dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, a saber: -----

1. IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (IVA)

Às seguintes verbas aplica-se a taxa reduzida de 6%:

“Empreitadas de reabilitação urbana, tal como definida em diploma específico, realizadas em imóveis ou em espaços públicos localizados em áreas de reabilitação urbana (áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, zonas de intervenção das sociedades de reabilitação urbana e outras) delimitadas nos termos legais, ou no âmbito de requalificação e reabilitação de reconhecido interesse público nacional”.

2. IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI)

Ficam isentos de IMI os prédios urbanos objeto de reabilitação urbanística, pelo período de três anos a contar do ano, inclusive, da emissão da respetiva licença camarária. (Consultar artigo 45.º do EBF)

Ficam isentos de IMI os prédios ou parte de prédios urbanos habitacionais construídos, ampliados, melhorados ou adquiridos a título oneroso, destinados à habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, cujo rendimento coletável, para efeitos de IRS, no ano anterior, não seja superior a € 153 300, e que sejam efetivamente afetos a tal fim, no prazo de seis meses após a aquisição ou a conclusão da construção, da ampliação ou dos melhoramentos, salvo por motivo não imputável ao beneficiário, devendo o pedido de isenção ser apresentado pelos sujeitos passivos até ao termo dos 60 dias subsequentes àquele prazo.

(Consultar números 1, 2, 4 e 5 do artigo 46.º do EBF)

Ficam igualmente isentos de IMI os prédios ou parte de prédios construídos de novo, ampliados, melhorados ou adquiridos a título oneroso, quando se trate da primeira transmissão, na parte destinada a arrendamento para habitação, desde que reunidas as condições legalmente exigidas, iniciando-se o período de isenção a partir da data da celebração do primeiro contrato de arrendamento.

(Consultar números 1, 3, 4 e 5 do artigo 46.º do EBF)

Os prédios urbanos têm que se localizar em Áreas de Reabilitação Urbana ou têm de ser prédios arrendados passíveis de atualização faseada das rendas nos termos dos artigos 27.º e seguintes do NRAU.

Esta isenção está dependente de deliberação da Assembleia Municipal do respetivo município onde se insere o prédio urbano.

(Consultar números 7, 19, 20, 21, 22 e 23 do artigo 71.º do EBF)

2021-09-21

3. IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS (IMT)

Ficam isentas de IMT as aquisições de prédios urbanos destinados a reabilitação urbanística, desde que, no prazo de três anos a contar da data de aquisição, o adquirente inicie as respetivas obras.

(Consultar artigo 45.º do EBF)

4. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO SINGULAR (IRS)

4.1. São dedutíveis à coleta, até ao limite de 500€, 30% dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação de imóveis localizados em Área de Reabilitação Urbana e recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação ou imóveis arrendados passíveis de atualização faseada das rendas nos termos dos artigos 27.º e seguintes do NRAU que sejam objeto de ações de reabilitação.

(Consultar n.º 4 do artigo 71.º do EBF)

4.2. As mais-valias auferidas por sujeitos passivos de IRS residentes em território português são tributadas à taxa autónoma de 5%, sem prejuízo da opção pelo englobamento, quando sejam inteiramente decorrentes da alienação de imóveis situados em Área de Reabilitação Urbana, recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação.

(Consultar n.º 5 do artigo 71.º do EBF)

4.3. Os rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português, são tributadas à taxa de 5%, sem prejuízo da opção pelo englobamento, quando sejam inteiramente decorrentes do arrendamento de imóveis situados em Área de Reabilitação Urbana, recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação ou imóveis arrendados passíveis de atualização faseada das rendas nos termos dos artigos 27.º e seguintes do NRAU, que sejam objeto de ações de reabilitação.

(Consultar n.º 6 do artigo 71.º do EBF)" -----

O Sr. Presidente colocou os mapas da localização e limites das Áreas de Reabilitação Urbana propostas, à disposição dos vereadores, manifestando-se disponível para eventuais alterações. -----

Os vereadores analisaram e tomaram conhecimento do teor dos mapas onde se encontravam representadas e delimitadas as ARU's propostas. -----

O vereador Nelson Martins referiu que a presente proposta, repõe, acima de tudo, uma justiça social e habitacional para todo o concelho, nomeadamente porque ajudará à fixação populacional nos espaços distantes do núcleo urbano deste, através da requalificação do património habitacional, nomeadamente com a redução das despesas inerentes ao IVA e ao IMI, assim se beneficiando um maior número de habitantes residentes no concelho cambrense. Assim, o



município tem condições para se tornar mais atrativo económica e esteticamente, deste modo se dando um grande passo para a diminuição da redução populacional, pelo que votará favoravelmente a proposta nos meandros que foi defendendo, enquanto cidadão e vereador não residente. -----

O vereador Pedro Almeida afirmou que, após ouvir os fundamentos da implementação das novas Áreas de Reabilitação Urbana, corrobora da proposta apresentada, votando-a favoravelmente, frisando que o seu posicionamento se mantém desde as primeiras Áreas de Reabilitação Urbana aprovadas em 2018; manifestou, por isso, o seu reconhecimento à maioria, por apresentar a presente proposta que vai de encontro ao que se tem discutido ao longo dos anos e, em final de mandato ter estendido a oportunidade às diversas freguesias, desde a Lomba de Arões e de Vila Cova de Perrinho até ao centro, em igualdade de circunstâncias as populações possam usufruir dos benefícios fiscais referidos. ---

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente colocou o ponto à votação.-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seis membros presentes, aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, relativa à criação das seguintes Áreas de Reabilitação Urbana: ARU de Vila Chã e Codal; ARU de Vila Cova de Perrinho; ARU da periferia de Macieira de Cambra; ARU de Rôge; ARU de Cepelos; ARU de Junqueira; ARU de Arões; ARU S. Pedro de Castelões; ARU Núcleo Urbano envolvente à Sr.ª da Saúde e ARU Lomba – Aqualva. bem como os correspondentes benefícios fiscais, submetendo a presente proposta à aprovação da Assembleia Municipal. -----

6- APOIO AO SPORT CLUBE DE CAMBRA: Transcreve-se a informação de 07/09/2021, prestada pelo Dirigente da DASDEC, Miguel Alves, dirigida à vereadora do Pelouro, Daniela Silva: “Na sequência do pedido efetuado pelo Sport Clube de Cambra, datado de 5 de agosto de 2021, sobre o assunto referido

2021-09-21

em epígrafe e na sequência do pedido de análise solicitado por V. Ex.^a a 17 de agosto de 2021, cumpre-me informar o seguinte:-----

a) A Coletividade em questão solicita à Câmara Municipal um apoio para a organização de mais uma edição da Exposição de Automóveis antigos;-----

b) O apoio solicitado enquadra-se no Programa de Realização de Atividades Pontuais, referido no art. 6.º do RAA;-----

c) Atendendo que o processo não reunia todos os documentos necessários para análise, nomeadamente os referidos na alínea b) do n.º3 do art. 9.º do Regulamento de Apoio ao Associativismo (descrição do evento, horários, entre outros), foram solicitados mais documentos/informações, tendo sido entregues pela respetiva coletividade;-----

Considerando:-----

a) Que o Sport Clube de Cambra é uma coletividade que tem vindo a promover o desporto motorizado no concelho, que tem inúmeros aficionados em Vale de Cambra;-----

b) Que os participantes reconhecem a qualidade do evento, que envolve mais de meia centena de automóveis de interesse histórico;-----

c) Que o evento atrai vários colecionadores de vários pontos do país, promovendo o território e a sua economia local;-----

d) A competência da Câmara Municipal referidas nas alíneas p) e u) do n.º1 do art 33.º da lei 75/2013 de 12 de Setembro (“compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município e deliberar sobre a concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas...”-----



Propõe-se à Câmara Municipal a atribuição de um apoio financeiro no valor de 500,00€, para fazer face a parte das despesas com o evento, nomeadamente com a segurança e vigilância do espaço que envolve um parque de viaturas de interesse histórico, com um valor calculado de cerca de quatro milhões de euros, segundo o Presidente do Sport Clube de Cambra (*Voz de Cambra*, 23 ago. de 2021. Disponível em: <https://avozdecambra.pt/?p=3915>; Acesso em: 3 set. de 2021).” -----

O Sr. **Presidente** informou que o presente apoio representa uma ajuda nas despesas tidas com a Exposição de Automóveis Antigos, promovida pelo Sport Clube de Cambra. -----

A vereadora **Daniela Silva**, esclarecendo o vereador Pedro Almeida, disse que havia uma incerteza quanto à realização da exposição no ano que decorre, devido à pandemia e por esse facto, esta Associação não apresentou o pedido de subsídio anual, não estando englobada na deliberação tomada de Apoio ao Associativismo. -----

O vereador **Pedro Almeida** frisou que este evento de longa data, tem feito história, recomendando que a Associação considere esta uma atividade normal, fazendo anualmente o respetivo pedido de subsídio no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo. -----

Informação da DAF: “No MFD de setembro a fevereiro aprovado a 06.09.2021, a rubrica tem um saldo de 5.851,42€.16-09-2021”. Cabimento n.º 1756/21. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição do subsídio de 500€ (quinhentos euros) ao Sport Clube de Cambra, para fazer face às despesas tidas com o evento “Exposição de Automóveis Antigos” realizada no centro da cidade, nos termos das informações da DASDEC e DAF. -----

7. PROCESSOS DE OBRAS PARTICULARES: LISTAGEM dos despachos proferidos pelo vereador do pelouro com competências delegadas e

2021-09-21

subdelegadas, por despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal de 26/10/2017 e **OUTROS PROCESSOS**;

Decreto-Lei 555/99, na redação dada pelo Decreto-Lei 136/2014, de 9 de setembro;

Processos deferidos:

PROC. N°	Descrição	Local da obra	Nome Requerente
80/21	PEDIDO LICENCIAMENTO	RUA DO LUGAR - SANTA CRUZ	ALBINO AUGUSTO FERNANDES DE PINA
34/20	RENOVAÇÃO DE HABITAÇÃO	RUA Nª SRª DESTERRO, N° 1114	ANA MARIA DA COSTA DOS SANTOS
47/21	PEDIDO LICENCIAMENTO	AV DR. ANTÓNIO FONSECA	ARISTOSOLIDO, LDA
45/21	PEDIDO LICENCIAMENTO	AV DR. ANTÓNIO FONSECA	ARISTOSOLIDO, LDA
46/21	PEDIDO LICENCIAMENTO	AV DR. ANTÓNIO FONSECA	ARISTOSOLIDO, LDA
123/17	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO	RIBEIRA	BRUNO VALENTE SILVA
26/21	AMPLIAÇÃO DE UNIDADE INDUSTRIAL	ZONA INDUSTRIAL LORDELO/CODAL LOTE 29	CAMBRA - SISTEM - ENGENHARIA DE SISTEMAS,SA
53/21	PEDIDO LICENCIAMENTO	RUA AMARO EDUARDO M. DE ALMEIDA N°660	CAROLINA SOARES DE OLIVEIRA PAIVA
78/21	PEDIDO LICENCIAMENTO	AVENIDA DE BURGÃES N°11	CLÁUDIO ROBERTO BASTOS DOS SANTOS
69/19	PEDIDO DE LICENCIAMENTO	RUA DOS POÇOS	ELISABETE MANUELA ALVES DA SILVA
63/20	PEDIDO LICENCIAMENTO	RUA DOS BARROS N°36	ERNESTO DE ALMEIDA BASTOS
588/07	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO E ANEXO	LOUROSA	FERNANDO DOS SANTOS CRUZ
132/17	PEDIDO DE LICENCIAMENTO PARA HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, ANEXOS E MUROS	RUA DE MIRACAMBRA	FERNANDO EDUARDO OLIVEIRA SILVA
22/21	PEDIDO LICENCIAMENTO	RUA MIRADOURO DAS BARALHAS	HUGO RAFAEL DE PINHO LA SALETE
57/20	AMPLIAÇÃO DE MORADIA	ESTRADA DE SALGUEIRINHOS, N° 351	MANUEL ALMEIDA SOARES
96/20	HABITAÇÃO E ANEXO	R. COMENDADOR ADELINO TAVARES	MARGARIDA BARBEITOS MARIANO PEREIRA
68/21	PEDIDO LICENCIAMENTO	RUA RUI FILIPE N°189	MARIA ADELINA TAVARES DE PINA FREIRE
75/21	PEDIDO LICENCIAMENTO	FUNÇÃO	MARIA ALDINA DA COSTA RODRIGUES
80/20	REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO HABITAÇÃO	RUA DAS PENAS	NUNO MIGUEL RODRIGUES GONÇALVES



79/21	PEDIDO LICENCIAMENTO	RUA DOS MOREIRAS - COELHOSA	PAULO MANUEL MARTINS TAVARES
73/21	PEDIDO LICENCIAMENTO	RUA DO CALVÁRIO N.º531	ROGERIO TAVARES PEREIRA
14/21	CONSTRUÇÃO DE MURO SUPORTE	rua bairro do valino lote 5 n.º76	SUSANA CLAUDIA ALMEIDA LEITE
47/19	LEGALIZAÇÃO DE AMPLIAÇÃO DE SERRALHARIA	RUA DO AIDO DE MACINHATA	VITORINO DA SILVA BASTOS

A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

OUTROS PROCESSOS: -----

Ausentaram-se da reunião, por estarem impedidos de votar, os vereadores José Alexandre Pinho e Pedro Almeida. -----

PROC. 13/21 OBRINFO Req. 1330/21 – Sérgio Soares de Pinho: Solicita Informação Prévia para construção de habitação unifamiliar, na Rua do Chão Grande, Lordelo, União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho. -----

Sobre o pedido recaiu a informação de 09/09/2021, prestada pelo técnico superior, Eng.º Brandão, que descreve a pretensão e procede à análise do pedido de informação prévia e o seu enquadramento tendo em conta a legislação e regulamentos em vigor, deixando à consideração superior a decisão sobre o processo, tendo em conta o disposto no artigo 83.º do Regulamento do PDM. ---

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos quatro membros presentes, deferir nos termos e condições da informação dos Serviços Técnicos de 09/09/2021, não se vendo inconveniente quanto ao previsto no artigo 83.º do Regulamento do PDM. -----

Regressaram à reunião os vereadores José Alexandre Pinho e Pedro Almeida. -----

Regressou também à reunião, o vereador António Alberto Gomes, que se tinha ausentado antes do pt.4, para presidir a uma ato eleitoral antecipado.

2021-09-21

PROC. 108/20 ONERED Req. 1423/21 – Luís Carlos de Jesus Silva: apresenta audiência prévia escrita no seguimento da informação técnica de 30/06/2021, sobre arruamento a nascente da pretensão, sita na Rua Abílio Martins de Pina, freguesia de S. Pedro de Castelões. -----

Sobre o pedido recaiu a informação de 20/09/2021, prestada pelo técnico superior, Eng.º Brandão, que confirma que o alargamento da rua implica a execução de um muro de suporte de terras, numa extensão aproximada de 110m e altura de 5m, deixando à consideração superior a decisão sobre o presente processo. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, notificar o requerente, nos termos e condições da informação dos Serviços Técnicos de 20/09/2021, devendo ser promovidas as exigências necessárias ao seu cumprimento, nomeadamente o referido no ponto 1.3. -----

PROC. 49/21 ONERED Req. 858/21 – Cristiana Eduarda Correia Jesus: Solicita licenciamento para alteração e ampliação (reconstrução) de habitação unifamiliar, na Rua da Quinta, n.º 270, freguesia de S. Pedro de Castelões. -----

Sobre o pedido recaiu a informação de 03/09/2021, prestada pelo técnico superior, Eng.º Brandão, que descreve a pretensão e procede à análise do projeto de arquitetura e o seu enquadramento tendo em conta a legislação e regulamentos em vigor, nomeadamente o estipulado no n.º1 e n.º2 do artigo 42.º do RMUE , não vendo inconveniente no deferimento do solicitado.-----

O requerente deverá apresentar no prazo de 6 meses, os projetos de especialidade referidos na informação.-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir nos termos e condições da informação dos Serviços Técnicos de 03/09/2021. -----



PROC. N.º:20/21- OBRINFO - REQ. N.º 1086/21 - Luís Filipe Martins da Silva:

Solicita Informação Prévia para construção de habitação unifamiliar, na Rua Principal de Macinhata, freguesia de S. Pedro de Castelões. -----

Sobre o pedido recaiu a informação de 21/09/2021, prestada pelo técnico superior, Eng.º Brandão, que descreve a pretensão e procede à análise do pedido de informação prévia e o seu enquadramento tendo em conta a legislação e regulamentos em vigor, deixando à consideração superior a apreciação do presente processo. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade deferir nos termos e condições da informação dos Serviços Técnicos de 21/09/2021. Quanto à proposta apresentada pelo requerente, deverá ser remetida ao perito avaliador para informar quanto à contabilização dos custos de demolição do palheiro por forma a que a Câmara Municipal possa ressarcir o proprietário pelo valor a apurar. -----

8. INFORMAÇÕES: O Senhor Presidente da Câmara, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, prestou as seguintes informações:-----

- Listagem de pagamentos efetuados no período de 7 a 20 de setembro de 2021, no valor líquido total 597.012,26 € (quinhentos e noventa e sete mil doze euros e vinte e seis cêntimos). -----

Requerimentos de férias do vereador José Alexandre Pinho: 4 dias, 15, 17, 22 e 24 de setembro de 2021;-----

A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

(Em harmonia com o disposto no n.º 2, do artigo 49.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações)-----

Não houve.-----

